

## **Uma nova compreensão da Universidade Brasileira: o que podemos aprender com a Linguística Aplicada?**

Barbara Delgado Azevedo

*Precisamos fazer a nós mesmos perguntas rigorosas de natureza política, metodológica e epistemológica sobre os interesses a que serve todo empreendimento de pesquisa (ROMAN, 1993, p. 78)*

Nesta apresentação do volume especial com trabalhos de Linguística Aplicada (L.A) da revista *Gatilho*, inicio com uma reflexão não acerca do campo de pesquisa em questão e suas já tão amplamente divulgadas história e contribuições. Busco, em vez disso, apresentar como a L.A. responde a importantes demandas recentes da própria Universidade, sobretudo, no contexto do Brasil.

Em 2018, uma importante medida foi tomada pelo Ministério da Educação em relação às Universidades brasileiras: a partir desse momento, passou-se a considerar que, dentre as atividades acadêmicas oferecidas pelos cursos de graduação, uma parcela deve ser voltada à extensão universitária, como componente curricular para os cursos.

As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução nº 7 de 18 de dezembro) são o resultado de um longo percurso pela busca da valorização das relações entre os conhecimentos universitários e os conhecimentos da sociedade, de modo a considerar como ambos estão (ou deveriam estar) vinculados à formação dos estudantes.

Essa discussão acerca da relação entre o conhecimento científico e o da população geral, embora tenha como marco inicial influências de diferentes movimentos dos séculos XVI e XVII (CHARLE; VERGER, 2012), segue em pleno fervor sempre que surge a questão do papel da Universidade. Ainda mais recorrentemente, no contexto atual, discute-se como articular os três pilares constitucionais<sup>1</sup> que a sustentam, de forma a não preterir nenhum e, mais ainda, tendo como fundamento que ela:

– não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, deve ser sensível aos seus problemas e necessidades, sejam

---

<sup>1</sup> Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão (FORPROEX, 1987<sup>2</sup>).

Com a aprovação da nova resolução, intensificando as relações entre Pesquisa, Ensino e Extensão, tem-se um vislumbre de uma nova perspectiva, que se afasta da divinização da ciência (PESSIS-PASTERNAK, 2001) e abre caminhos para o que se pretende com o fazer acadêmico brasileiro: considerar efetivamente a sociedade ao seu redor.

Antes, porém, que se possa levantar a questão da utilidade da Universidade que essa perspectiva poderia suscitar, é importante ressaltar que há uma compreensão de que nem todo conhecimento precisa ser aplicado, com o uso consciente da palavra, a elementos sociais. A respeito dessa questão, trago a reflexão de Ordine (2016) ao tratar do aparente paradoxo da *utilidade do inútil*. Nessa perspectiva, não se deve considerar que somente são devidos os estudos e reflexões que podem ser inseridos diretamente na sociedade; mas, ao contrário, pondera-se que há imenso valor naqueles que dispensam qualquer vínculo prático e comercial.

Contudo, como ainda propõe Ordine (2016), também não se trata da realização de quaisquer atividades intelectuais, porque é essencial que não se perca de vista que “útil [é] tudo o que nos ajuda a nos tornarmos melhores” (p.10). Ou seja, se por um lado é dispensada a obrigação de promover um conhecimento que seja amplamente prático, por outro, a questão também envolve uma necessidade de engajar-se em questões e ações que levem em consideração a sociedade em que se está e o contexto em que se encontra.

Nesse sentido, coloca-se cada vez mais em xeque a concepção do fazer universitário, seja ele em qualquer instância, no qual a neutralidade é primada. Ou ainda de que o conhecimento, mesmo que *útil inútil*, possa estar apartado do que Roman (1993) discute na epígrafe, sobre a necessidade de perguntas rigorosas em termos de metodologia, epistemologia, mas, sobretudo, sobre quais políticas têm-se produzido. E, então, volta-se a discussão sobre o papel dos centros universitários: a quais interesses os nossos empreendimentos de pesquisa, ensino e extensão têm servido? Estamos considerando, como defende Freire (2014), que conhecer exige ser humano, exige que haja presença curiosa frente ao mundo? Levamos em consideração que “é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer” (FREIRE, 2014, p. 19)?

É exatamente neste ponto que retorno, então, ao campo que engloba as pesquisas do número atual. A Linguística Aplicada tem se dedicado, sobretudo na última década, a

---

<sup>2</sup> <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>

reconstituir-se enquanto um campo que leva em consideração não questões de uma aplicabilidade da linguística, mas como um grupo heterogêneo de pesquisadores que buscam criar inteligibilidade sobre questões da vida social em que a linguagem tem papel central (MOITA LOPES, 1996).

Nesse sentido, a L.A não tem como propósito promover pesquisas utilitaristas, mas pesquisas que sejam *úteis* na transformação conjunta entre Universidade e sociedade para que se tornem melhores. Assim, é uma possibilidade, dentre inúmeras outras que vêm sendo construídas, de que seja produzida e ampliada a perspectiva de Universidades que engajem o conhecimento *universitas*, contextualizado, politizado.

Como exemplo dessa perspectiva, o primeiro grupo de artigos do presente volume apresenta pesquisas relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa com objetos, metodologias e contextos muito diferentes. Assim, apreende-se como os espaços em que são gerados os dados, assim como as manifestações individuais das curiosidades dos pesquisadores, proporcionam pesquisas que consideram o conhecimento dos sujeitos que a compõem, professores, pesquisadores, estudantes, orientações oficiais etc.

O primeiro deles, “Fanfiction na escola: reflexões sobre usos pedagógicos da ficção autoral de fãs para processos de letramento literário e digital em sala de aula”, aborda as potencialidades do gênero digital da *fanfiction* como suporte aos processos de letramento literário e digital. Laura Ribeiro Araújo parte de pressupostos teóricos da cultura digital colaborativa, dos multiletramentos e de práticas conjuntas em espaços virtuais. Para além disso, levam em consideração o aspecto político de aulas que propiciam formação crítica e experimentação livre da autoexpressão e da autorrepresentação.

O segundo artigo, “Gêneros digitais na educação básica e a BNCC: prática em (des)construção: Relatos de uma professora da Amazônia Legal”, tem por objetivo discutir as concepções de gêneros digitais na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando os efeitos na Educação Básica de uma escola pública. A discussão de Selma Maria Abdalla Dias Barbosa e Josefa dos Santos Silva perpassa a escolha dos gêneros pelo documento e de que maneira elas concebem-os como um desfavorecimento dos grupos que não têm acesso a ambientes digitais e, portanto, do silenciamento de determinados contextos históricos e sociais. Novamente, tem-se um conhecimento construído conjuntamente entre Universidade e sociedade, com as discussões fundamentadas em relatos de experiência de uma professora da Amazônia Legal.

O terceiro artigo, “Ensino da língua portuguesa e o Livro Didático no Ensino Fundamental guineense”, apresenta as complexidades de ensinar uma língua oficial que não é utilizada cotidianamente, o que envolve as práticas e os materiais. Os autores realizam, então, uma pesquisa documental, com um material chamado *História dos avós*. É discutindo, ainda, os efeitos políticos da proposta do material.

O artigo “The English language in students’ present and imagined identities: an exploratory practice in a state school”, o quarto do volume, discute o ensino de inglês em contexto de escola pública. Carolina Assis Lopes e Denise Ismenia Grassano Orteni abordam sobretudo como a compreensão da língua inglesa como elemento de identidade auxilia na construção de uma posição de poder para o aluno em relação ao seu processo de aprendizagem.

No quinto artigo, “Formação de professores de inglês e projetos sociais: uma proposta de experimento didático formativo”, Ana Carolina Guerreiro Piacentini e Michele Salles El Kadri discutem como os projetos sociais surgem como uma tentativa de minimizar as diferenças entre o setor público e privado. A partir da experiência de um voltado para aulas de inglês, as autoras discutem a falta de preparo de professores em tais contextos. As autoras apresentam a proposta de um experimento didático formativo para a formação de professores em contextos de vulnerabilidade social.

O sexto artigo, “A audiodescrição sob a perspectiva da Semântica de Frames: um estudo exploratório”, escrito por Débora Soares de Souza, Adriana Silvina Pagano e Maucha Andrade Gamonal, trata das relações entre *frames* semânticos identificados no texto transcrito da audiodescrição (AD) e do áudio original de um trecho do curta-metragem brasileiro “Eu não quero voltar sozinho” (2010).

O último artigo, desenvolvido por Charliane Oliveira Ferreira, Samara Louise da Cunha Silva, Carlos Alberto Matias de Oliveira e Paulo Rogério Stella, intitulado “Resistir para existir: uma análise de narrativas de mulheres surdas e negras sobre suas (re)existências”, apresenta os discursos que perpassam a vida dessas mulheres e quais efeitos são gerados em suas vidas. A pesquisa discute a presença do racismo estrutural, assim como do capacitismo associado à discriminação de gênero.

Por fim, para fechar o volume, há o relato de experiência de Filipe Emanuel da Silva Henriques e Pedro Rodrigues Barbosa, “Análise linguística na escola: relato de experiência sobre o ensino de Gramática na sala de aula do Ensino Fundamental”. Os autores apresentaram uma prática de estágio da Faculdade de Educação da Universidade Federal de

Juiz de Fora, baseada em análise linguística e ensino de gramática no Ensino Fundamental. Os autores apresentam um trabalho com a língua baseado nas vivências do contexto escolar.

Ao repassarmos pelas propostas dos artigos e relato de experiência do volume, podemos compreender que há diferentes formas pelas quais a Universidade pode dialogar com os contextos. Mesmo naqueles em que a pesquisa não estava diretamente relacionada a uma prática direta, foi possível observar que há um compromisso ético-político bem delimitado.

É esse o exemplo que a Linguística Aplicada deixa para as produções científicas brasileiras no contexto discutido. Em contextos sócio-políticos de tensão social, é impensável que a produção intelectual possa se dar fora do espaço coletivo, da ética, da solidariedade, do compromisso com a democracia e com o fim das mazelas de nossos tempos. Nesse sentido, até mesmo as pesquisas que não estejam em relação direta com a vida social devem considerar quais são, então, os interesses para os quais servem e se dirigem. Assim, podemos construir um espaço de produção de conhecimento em que os seus efeitos na vida social sejam levados em consideração.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 29 de dezembro de 22.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 2014.

FORPROEX. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – 1987**. In: GARRAFA, Volnei. Extensão: a universidade construindo saber e cidadania; Relatório de atividades 1987/1988. Brasília: Ed. UnB, 1989

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Disponível em: <https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/LEGISLACAO/CNE---Resoluo-n-7-de-18-de-dezembro-de-2018.pdf>. Acesso em 30 de janeiro. 2022.

MOITA LOPES, L.P. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil: um manifesto**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

PESSIS-PASTERNAK, Guitta. **A ciência:** deus ou o diabo? São Paulo: UNESP, 2001.

VERGER, Jacques; CHARLE, Christophe. **Histoire des universités:** XIIIe-XXIe siècle. Presses universitaires de France, 2012.